



PERFIL URBANO NACIONAL REPÚBLICA DE CABO VERDE

Setembro de 2013



Direitos Autorais © Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat), 2013

Todos os direitos reservados

As publicações do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos das Nações Unidas podem ser obtidas no seguinte endereço:

Escritórios Regionais e de Informação ou diretamente:

Caixa Postal 30030, GPO 00100 Nairobi, Quênia.

Fax: + (254 20) 762 4266/7

E-mail: unhabitat@unhabitat.org

Website: <http://www.unhabitat.org>

Este projecto foi preparado e gerido pela Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, DGOTDU do Ministério do Ambiente, Habitação e Ordenamento do Território, de Cabo Verde em Parceria com o Escritório Local do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos, ONUHABITAT, no quadro do Programa Único das Nações Unidas em Cabo Verde.

O presente Perfil Urbano foi coordenado, a nível do país pela Empresa de Estudos Afrosondagem e pelos Especialistas da DGOTDU.

A equipa de Gestão do Programa PSUP foi composta por Janice Helena Da Silva, Coordenadora da ONU-HABITAT para Cabo Verde; Kerstin Sommer – Responsável Global do PSUP e Mathias Spaliviero, Conselheiro Regional, ONUHABITAT

REPÚBLICA DE CABO VERDE: PERFIL URBANO NACIONAL DE CABO VERDE

HS Number: HS/021/14P

ISBN Number (Series): 978-92-1-132023-7

ISBN Number (Volume): 978-92-1-132610-9

Renúncias de Responsabilidades

A designação empregada bem como a apresentação do material contido nesta publicação não implicam a expressão de qualquer opinião por parte do Secretariado das Nações Unidas sobre o status legal de qualquer país, território, cidade ou área, ou de suas autoridades, ou a respeito da delimitação de suas fronteiras ou limites, ou ainda, sobre o seu sistema económico ou grau de desenvolvimento. A análise, conclusões e recomendações do presente relatório não reflectem necessariamente os pontos de vista do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat), o Conselho de Administração da ONU-Habitat ou seus Estados-Membros. Este documento foi produzido com o apoio financeiro da União Europeia. As opiniões aqui expressas, não podem, de forma alguma, ser consideradas ser a opinião oficial da União Europeia. Fragmentos desta publicação podem ser reproduzidos sem autorização, desde que mencionada a fonte.

Edição (Cláudio Furtado, Consultor Nacional PSUP)

Desenho e Layout: Matthieu Sublet, ONUHABITAT

Paginação: Jaime Silva

Arte Work: Mick Silves

Créditos das fotos: © MAHOT, ONU-HABITAT

PERFIL URBANO NACIONAL REPÚBLICA DE CABO VERDE

ÍNDICE GERAL

PREFÁCIO DIRECTOR EXECUTIVO	5
PREFÁCIO DO MINISTRO	6
INTRODUÇÃO GERAL	7
INTRODUÇÃO	11
GOVERNAÇÃO URBANA E DESENVOLVIMENTO	17
ALOJAMENTO E CONDIÇÕES DE VIDA NOS BAIRROS INFORMAIS	20
SERVIÇOS URBANOS DE BASE	23
SEGURANÇA PÚBLICA NOS CENTROS URBANOS	30
AMBIENTE E RISCOS URBANOS	31
QUADRO DO GÉNERO	33
VIH/SIDA	35
ANÁLISE SWOT	38

ÍNDICE DOS QUADROS

Assunto	Página
Taxa de urbanização por concelhos	14
Nível de ensino da população (3 anos ou mais) por meio de residência concelho e percentagem	25
Rácio de médico e enfermeiros por 10.000 habitantes em 2010	26
Camas por estrutura de saúde no ano 2000	27
Evolução de infecção VIH-SIDA 2001-2010	35

ÍNDICE DOS GRÁFICOS

Assunto	Página
Alojamentos com ligação à rede pública de distribuição de água por concelhos	23
Alojamentos com sistema de evacuação de águas residuais por concelho	23
Alojamentos com instalação sanitária por concelho	24
Alojamentos com electricidade por concelho	25
Agregados familiares que utilizam o gás e a lenha por concelho	25
Evolução da infecção VIH-SIDA e óbitos 2001-2010	36
Casos notificados VIH por idade e por género em 2010	36

ÍNDICE DAS FIGURAS

Assunto	Página
Cidade Velha, Ribeira Grande de Santiago	13
Ruínas de Sé Catedral	13
Plateau, Centro Histórico da cidade da Praia	14
Malha urbana da Cidade dos Espargos	14
Malha urbana da Cidade de Nova Sintra - Brava	15
Cidade da Praia – construções espontâneas juntos das linhas de água	16
Cidade da Praia construções espontâneas na periferia	16
Residência de material precário – cidade de Espargos - alto de São João	16
Aeroporto Internacional da Praia	17
Edifício Câmara Municipal da Praia	18
Edifício Câmara Municipal da Brava	18
Assembleia Nacional de Cabo Verde	19
II Fórum Nacional das Cidades	20

Bela Vista cidade da Praia	21
Casa de Lata São Vicente	21
Habitação precária Ilha do Sal	22
Espargos Ilha do sal	23
Achada Grande Trás Ilha de Santiago	23
Educação para a Cidadania Territorial e Urbana	23
Chafariz Ribeira da Barca	24
Hospita Regional de santiago Norte	26
Construções no leito da Ribeira	32
Construções nas encostas	32
Cidade do Porto Inglês Ilha do Maio	33
Actividade comercial Cidade de Santiago	34

PREFÁCIO DO DIRECTOR EXECUTIVO



De acordo com a pesquisa publicada no maior relatório da ONU-Habitat, O Estado das Cidades do Mundo 2010-2011, todas as regiões em desenvolvimento, incluindo as da África, Caraíbas e Pacífico, terão mais pessoas a viver em áreas urbanas do que nas áreas rurais até o ano 2030. Com

a metade da população do mundo já a viver nas áreas urbanas, são assustadores os desafios que enfrentamos na luta contra a pobreza urbana, na nossa busca por cidades sem assentamentos informais, cidades onde as mulheres se sentem mais seguras, cidades inclusivas com energia, água e saneamento, e transporte acessível, cidades melhor planeadas, mais limpas e mais verdes. Mas como mostra esta série, há muitas soluções interessantes e melhores práticas para a qual podemos recorrer. Afinal, os números dizem-nos que durante a década de 2000 a 2010, um total de 227 milhões de pessoas, nos países em desenvolvimento, saiu de condições de moradores dos assentamentos informais. Em outras palavras, os governos, cidades e instituições parceiras, colectivamente, superaram a meta dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, no que toca aos assentamentos informais, duas vezes e 10 anos à frente do prazo acordado de 2020. A Ásia e o Pacífico estiveram na vanguarda dos esforços bem-sucedidos para alcançar a mesma meta, com todos os governos da região melhorando a vida de cerca de 172 milhões de moradores dos assentamentos informais entre 2000 e 2010.

Na África subsaariana, porém, a proporção total da população urbana vivendo em assentamentos informais diminuiu apenas 5 por cento (ou seja 17 milhões de pessoas).

O Gana, Senegal, Uganda e Ruanda foram os países mais bem sucedidos na sub-região, reduzindo as proporções de moradores de assentamentos informais, até mais de um quinto na última década.

Cerca de 13 por cento do progresso feito em direcção à meta mundial sobre os assentamentos informais ocorreu na América Latina e no Caribe, onde estima-se que 30 milhões de pessoas saíram de condições de moradores dos assentamentos informais, desde o ano 2000.

No entanto, a ONU-Habitat estima em confirmar que os progressos realizados, para a meta dos assentamentos informais, não têm sido suficientes para conter a expansão demográfica em assentamentos informais no mundo em desenvolvimento. Neste sentido, os esforços para reduzir o número de moradores dos bairros de

assentamentos informais não são satisfatórios nem adequados.

Como parte dos nossos esforços para resolver esta crise, a ONU-Habitat está a trabalhar com a Comissão Europeia e o Secretariado para a África, Caraíbas e Pacífico (ACP), sediado em Bruxelas, visando apoiar o desenvolvimento urbano sustentável. Dadas as necessidades urgentes e diversificadas, achamos necessário desenvolver uma ferramenta para uma rápida avaliação e planeamento estratégico de forma a orientar as intervenções imediatas, de médio e longo prazo. E aqui nós temos isso na forma desta série de publicações. O Programa Participativo de Melhoria dos Assentamentos Informais (Participatory Slum Upgrading Programme) é baseado no diálogo político entre a ONU-Habitat, o Secretariado ACP e a Comissão Europeia, que remonta ao ano 2002. Quando as três partes se reuniram na sede da ONU-Habitat, em Junho de 2009, mais de 200 delegados de mais de 50 países aprovaram uma chamada retumbante à comunidade internacional para prestar maior atenção a estas questões de urbanização, e para estender o programa de urbanização dos assentamentos informais para todos os países do Grupo ACP.

Vale a pena lembrar aqui como somos gratos ao nono Fundo de Desenvolvimento da Comissão Europeia aos países ACP disponibilizando 4 milhões de euros (5.7 milhões de dólares no câmbio de Junho de 2011) para permitir à ONU-Habitat a realização do programa, que hoje atende a 59 cidades em 23 países africanos, e mais de 20 cidades em seis países do Pacífico, e quatro países do Caribe. Na verdade, desde a sua criação em 2008, o programa de urbanização dos assentamentos informais alcançou a confiança de parceiros a nível de cidade e país na África, no Caribe e no Pacífico. Ele está a dar uma grande contribuição destinada a apoiar os esforços de redução da pobreza urbana, como cada relatório desta série nos mostra. Eu gostaria de expressar a minha gratidão à Comissão Europeia e ao Secretariado ACP pelo seu compromisso com este programa de urbanização dos assentamentos informais. Eu tenho toda a confiança de que os resultados descritos neste perfil, e noutros, servirá para orientar o desenvolvimento de respostas, capacitação e investimentos no sector urbano.

Além disso, eu gostaria de agradecer a cada Equipa País pelo seu contínuo apoio neste processo, que é essencial para o sucesso da implementação do Programa Participativo de Melhoria dos Assentamentos Informais.

Dr. Joan Clos

Sub Secretário Geral das Nações Unidas
Director Executivo da ONU-Habitat

PREFÁCIO DO MINISTRO



O Governo de Cabo Verde assumiu a melhoria do planeamento e gestão territorial e o empoderamento das cidades como um dos pilares de boa governação e melhoria das condições de vida dos cabo-verdianos e tem apostado, juntamente com os governos municipais, na

prossecução destes objectivos.

Com a aplicação de Lei nº 77/VII/2010, Cabo Verde passou a contar com 24 cidades, tendo o Censo de 2010 apurado que 62% da sua população passou a ser urbana. Esta nova realidade impõe ao país novos desafios relacionados com a necessidade de criar condições para que a população urbana viva com mais dignidade e tenha acesso aos serviços, infra-estruturas e equipamentos necessários à qualidade de vida e a um desenvolvimento urbano ambientalmente sustentável.

Um dos grandes desafios que se impõe actualmente ao Estado é conhecer bem as cidades e os centros urbanos, para poder agir com eficiência na solução dos seus principais problemas, desenvolvendo uma capacidade proactiva de antecipação do fenómeno de crescimento urbano.

Visando conhecer a situação actual das cidades cabo-verdianas, o Ministério do Ambiente, Habitação e Ordenamento do Território (MAHOT) em parceria com a ONU-Habitat, promoveu a elaboração dos respectivos perfis urbanos. O documento faz um diagnóstico e aponta as forças, fraquezas, oportunidades, e ameaças de cada uma das cidades do país.

O crescimento urbano, sem infra-estruturas e equipamentos, a carência de solos urbanos adequados, elevados custos de construção, especulação fundiária, construções inacabadas, construção clandestina, ocupação de áreas de risco, carência de áreas verdes e espaços comunitários, bem como a degradação da paisagem urbana, são constrangimentos que afligem a realidade urbana cabo-verdiana.

Para reverter este quadro, num horizonte de curto a médio prazo, o Governo e os parceiros vêm implementando estratégias de aproveitamento das capacidades e potencialidades das cidades.

Nos últimos anos, o Governo tem promovido reformas no quadro legal e implementado programas para a melhoria da gestão dos solos. O Decreto-Lei nº 15/2011, de 21 de Fevereiro, que regula o Estatuto das Cidades, prevê, no seu artigo 16º, a "instituição de um Programa Nacional de Desenvolvimento Urbano e Capacitação das Cidades (PNDUCC) que propõe um conjunto de eixos estratégicos, com vista a reduzir os problemas e constrangimentos com os quais as nossas cidades se deparam. Esse programa visa melhorar o desempenho dos centros urbanos, enquanto espaços de geração de oportunidades económicas, sociais e culturais, de modo a contribuir para a melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Um dos principais eixos do programa é o reforço das capacidades e cidadania territorial que visa essencialmente promover a cidadania territorial, a gestão democrática e capacitar os agentes territoriais nos domínios do desenvolvimento urbano.

O MAHOT assume o enorme desafio, que será a implementação do PNDUCC em estreita parceria com o Poder Local e os sectores económicos com impactos no território e propõe reforçar o diálogo e a articulação para uma intervenção concertada e harmoniosa sobre o território.

É neste contexto que se enquadra a publicação do presente perfil urbano de Cabo Verde.

Dr. Emanuel Antero Garcia da Veiga

Ministro do Ambiente, Habitação
e Ordenamento do Território

RESUMO EXECUTIVO

OBJECTIVOS DO ESTUDO

A elaboração do presente documento – Perfil Urbano Nacional de Cabo Verde inscreve-se no quadro das acções desencadeadas pelo Ministério do Ambiente, Habitação e Ordenamento do Território – MAHOT e o Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos ONU – HABITAT no âmbito do PSUP.

O PSUP (Programa Participativo de Melhoria dos Assentamentos Informais), financiado pela Comissão Europeia aos Países ACP, constitui um processo participativo de levantamento de necessidades e das lacunas em termos de capacidades institucionais de Cidades, Municípios e Concelhos dos países recobertos por esse programa. Presentemente, o PSUP está sendo implementado em 20 países africanos, de entre os quais se encontra Cabo Verde. O PSUP utiliza uma abordagem estruturada em que as intervenções prioritárias são consensualizadas através de um processo consultivo

Estes estudos foram feitos através da avaliação das necessidades e dos mecanismos de resposta no quadro de uma contribuição aos Objectivos do Desenvolvimento do Milénio (OMD) e orientam-se para a sustentabilidade das actividades promotoras do desenvolvimento urbano, incluindo o reforço das capacidades, a defesa dos interesses dos cidadãos e a gestão dos saberes locais, assim como a realização das actividades operacionais na perspectiva dos objectivos preconizados.

O objectivo geral é permitir uma integração espacial e territorial multissectorial e uma colaboração intersectorial na análise das questões urbanas assim como na concepção das intervenções que estão em curso.

CARACTERIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM CABO VERDE

Descobertas por marinheiros portugueses por volta de 1460, as ilhas de Cabo Verde constituem um pequeno Estado arquipelágico, localizado a 500 quilómetros ao poente da cidade de Dakar no Senegal. O seu povoamento teve início pela ocupação da ilha de Santiago em 1462, seguindo a ilha do Fogo nos finais do século XV. A rede urbana no século XVI em Cabo Verde era formada pela cidade da Ribeira Grande de Santiago e pelas vilas portuárias da Praia de Santa Maria na ilha de Santiago e São Filipe na ilha do Fogo.

Com a decadência da cidade de Ribeira Grande, a administração foi mudada para a vila da Praia de Santa Maria em 1769. Até aos meados do século XX, o povoamento do arquipélago passou a ser essencialmente rural. Entretanto, nos meados do século XIX, com a emergência da navegação a carvão e o povoamento da ilha de São Vicente, surgiu a cidade do Mindelo desempenhando importante função de escala de navegação internacional tendo reivindicado a capitalidade do arquipélago.

A rede urbana era constituída pelas cidades da Praia, do Mindelo e de São Filipe desempenhando funções diferentes, por vezes complementares, mas quase sempre conflituosas pelos interesses das classes dominantes das respectivas ilhas.

No último quartel do século XX, a urbanização em Cabo Verde sofreu profundas alterações motivadas por novas dinâmicas territoriais, redistribuição da população pelas ilhas, mobilização dentro das ilhas e mudança das funções dos antigos centros urbanos e emergência de mais centros urbanos. A grande seca iniciada nos finais da década de sessenta provocou um abandono em massa do espaço rural, emigração para o estrangeiro, mas também para os centros urbanos e semi-urbanos, provocando um crescimento explosivo a partir do início da década de setenta.

Do ponto de vista administrativo, Cabo Verde divide

预览已结束，完整报告链接和二维码如下：

https://www.yunbaogao.cn/report/index/report?reportId=5_18716

